

BALANÇA COMERCIAL BRASIL – CHINA SOB A ÓTICA BRASILEIRA

Leticia Fernanda Rodrigues¹
Mario Luiz de Oliveira²

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é apresentar as características da Balança Comercial Brasil-China e suas implicações para o Brasil, tendo como objetivos específicos identificar os seguintes tópicos: o saldo da balança; a evolução ou não das trocas comerciais; e os principais produtos das pautas de exportação e importação. Para isso, utilizaram-se dois recortes temporais: 2000 até 2010; e os 1º trimestres dos anos de 2013 e 2014, tendo sido utilizadas fontes de consulta distintas. O artigo está estruturado da seguinte forma: na fase introdutória, breves considerações sobre comércio exterior de um país, a política comercial, a parceria com Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), uma contextualização da “China comercial”, incluindo sua passagem pela crise econômica asiática dos anos 1990. Em prosseguimento, o necessário embasamento teórico com a aplicação do pensamento de economistas notáveis clássicos e neoclássicos, a metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos e o resultado da análise da Balança, com a leitura crítica de tabelas e gráficos relativos ao tema, publicados em instituições do ramo. Por fim, considerações sobre a evolução demonstrada, o saldo atual existente, a vulnerabilidade da matriz adotada pelo Brasil, além de observações quanto ao impacto do “dinamismo” comercial da China nas relações comerciais com o Brasil.

Palavras-chave: Balança Comercial. Brasil. China.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present the characteristics of Brazil-China Trade Balance and its implications for Brazil, with the specific objective to identify the following topics: trade balance; evolution of trade or not; and the main products of export and import tariffs. For this were utilized two cutouts time: 2000 to 2010; and 1st quarters of years 2013 and 2014, sources of consultation to have been used. The paper is structured as follows: in the introduction phase, brief considerations about foreign trade of a country, trade policy, partnership with Russia, India, China and South Africa (BRICS), a contextualization of the "China trade", including its passage through the Asian economic crisis of the 1990s. As a follow, the necessary theoretical background with the application of classical and neoclassical thought of notable economists, the methodology used to achieve the proposed objectives and the results of analysis of Balance, with the critical reading charts and graphs on the topic, published in the branch institutions. Lastly, considerations on demonstrated evolution, the existing current balance, the vulnerability of the matrix adopted by Brazil, and observations regarding the impact of the "dynamism" of the China trade in trade relations with Brazil.

Keywords: Trade Balance. Brazil. China.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Santana do Livramento – RS. e-mail: <leticiafernandasouza@livre.com>.

² Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Santana do Livramento – RS. e-mail: <ml.unipampa@yahoo.com.br>.

1 INTRODUÇÃO

O comércio exterior de um país é representado pelo “intercâmbio” de bens e serviços com outros Estados, motivado pela sua “incapacidade” de ser autossuficiente no atendimento de todas as suas necessidades. Em face disso, são realizadas as atividades de produção, onde surgem aquelas na qual o país é mais competitivo, gerando um grau maior de especialização, levando-o a obter maior sucesso nessa relação com os demais países. Alguns fatores macroeconômicos contribuem para uma melhor inserção no comércio exterior, tais como: efetivas políticas comercial, fiscal, monetária e cambial; abundância de recursos naturais; e posição geográfica.

A Política Comercial adotada pelos governos, em termos de ambiente internacional, impacta decisivamente o comércio exterior dos países. Tal assertiva é comprovada pelos procedimentos adotados para beneficiar as exportações e reduzir as importações, a fim de obter *superávit* nas trocas comerciais, evitando-se o *déficit*, “equação” personalizada no instrumento denominado “balança comercial”. Dessa forma, incentivos às vendas, mediante a retirada de impostos internos, e a criação de normas “restritivas” às compras advindas do exterior são perfeitamente identificadas nos mecanismos de funcionamento do comércio internacional.

Em outra leitura, os governos, mediante suas respectivas políticas comerciais, atuam no “livre comércio” buscando um melhor posicionamento de seus produtos e empresas no cenário internacional.

Existem fatores que podem afetar a balança comercial, dentre eles destacam-se: os custos logísticos – infraestrutura de transportes, capacidade de estocagem, nível de desregulamentação etc. – para enviar produtos de um país para o outro; as próprias políticas adotadas por cada país em relação ao comércio internacional, como por exemplo, a taxa de câmbio utilizada para as pessoas comprarem moeda estrangeira e o preço dos produtos e serviços no exterior e no próprio país; e a renda, o gosto e as preferências dos habitantes dos países envolvidos.

O Brasil, inserido no agrupamento econômico informal do BRICS, desde 2001, tem buscado juntamente com Rússia, Índia, China e África do Sul (esta, a partir de 2011), realizar ações econômicas coletivas, particularmente em face de suas características peculiares de compor 21% do PIB mundial, ser o grupo de países que mais cresce no planeta, ter 42% da população mundial, exercer 45% da força de trabalho, ter maior poder de consumo do mundo,

possuir abundância de riquezas nacionais e as condições favoráveis que atualmente apresentam para explorá-las. Na VI Cúpula do BRICS, realizada em meados de julho deste ano, no Brasil, foram criados o Novo Banco de Desenvolvimento³ (NBD) – “Banco de Desenvolvimento do BRICS” –, com aporte inicial de US\$ 50 bilhões para formar o capital do banco, mas com possibilidade de alcançar os US\$ 100 bilhões, a fim de fomentar e garantir o desenvolvimento da economia de seus países-membros e demais nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, mediante a concessão de empréstimos, e o Arranjo Contingente de Reservas⁴ (ACR), uma espécie de “fundo anticrise”, com recursos previstos para a ordem de US\$ 100 bilhões, destinado a auxiliar os países com problemas de liquidez financeira.

Segundo a revista *Nueva Sociedad*⁵, o patamar das relações entre Brasil e China se transformou a partir dos anos 1990, com o intercâmbio comercial entre ambos os países.

Com o enfraquecimento da economia asiática, advindo da crise, os chineses descobriram nos países latino-americanos um mercado para suprir suas demandas por alimentos e outros recursos, os quais poderiam favorecer o seu desenvolvimento. Com isso, os impactos da economia chinesa sobre a brasileira são sentidos de várias maneiras, dentre elas podemos citar: macroeconômicos; comerciais (positivo e negativo) que são expressos pela dinâmica produtiva setorial; deslocamento de mercados externos; e a substituição de investimentos externos. Desde então, essa relação vem se aprofundando, pois ambos são beneficiados por essas transações comerciais.

Precedendo a crise financeira do Sudeste Asiático, houve um rápido crescimento econômico dessa região, tornando-a altamente atraente para aplicações japonesas e europeias, tendo em vista as baixas taxas de juros praticadas nesses países, os quais apresentavam uma grande disponibilidade de capital, além de alta confiança quanto aos riscos de se investir em países em desenvolvimento. Desse modo, em junho de 1997, constatou-se um volume de US\$ 370 bilhões de empréstimos bancários internacionais para a Ásia, dos quais US\$ 242 bilhões com maturidade inferior ao ano. Com os altos empréstimos em curto prazo, desencadeou-se um alto endividamento externo com grandes *déficits* em conta corrente, propriedades sobrevalorizadas dentre outras consequências (ALTEMANI, 2000).

³ O capital inicial subscrito será de US\$ 50 bilhões, dividido igualmente entre os membros fundadores.

⁴ O mecanismo contará com montante inicial de US\$ 100 bilhões, sendo que a China entrará com US\$ 41 bilhões, Brasil, Índia e Rússia com US\$ 18 bilhões cada e África do Sul com outros US\$ 5 bilhões.

⁵ Revista NUEVA SOCIEDAD especial em português, outubro de 2008, ISSN: 0251-3552, disponível em <www.nuso.org>.

A crise havia iniciado no verão de 1997, na Tailândia, com o colapso financeiro do Thai Baht gerando grande temor de uma “onda” em escala mundial e, sendo assim, tratada como contágio financeiro.

O que é notável sobre a atual crise é sua natureza política, não só em termos de seus efeitos, mas também de suas causas. Ações e declarações de líderes políticos desempenharam um papel chave na exacerbação e aprofundamento da turbulência regional (DIBB, HALE e PRINCE, 1998).

Inicialmente, vale observar que pressões do sistema internacional causaram a crise, em vez de fragilidades internas. Pois, segundo Canuto⁶ (1998), ela foi gerada “por um processo de fuga de capital e deflação de ativos financeiros em certo conjunto de economias daquela região”. Seu início ocorreu com os "tigrinhos" (Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas). Sua amplitude global foi adquirida quando aquele processo incorporou os "tigres" - Coréia do Sul e Hong Kong -, ameaçando também colocar em insolvência seus credores japoneses. Além disso, as moedas nacionais daqueles países sofreram drásticas quedas em relação ao dólar, excetuando Hong Kong, onde a desvalorização cambial foi evitada com alto sacrifício.

Nesse aspecto, a crise⁷ asiática desencadeou a “sustentabilidade do modelo econômico” vigente na China. Por intermédio da observância dos fatores que propiciaram seu surgimento, deve-se mencionar a presença dos mesmos no espaço chinês. Nesse sentido, a China estava procurando aplicar uma série de medidas, principalmente no que se refere à modernização e reestruturação das empresas estatais (*market oriented*) e do setor bancário (*financially oriented*). Por outro lado, a China procurou operacionalizar a crise de forma a poder ampliar o seu poder regional e/ou internacional.

Segundo Altemani (2000, p.18), na estratégia econômica chinesa, as preocupações têm caráter competitivo por parte da economia por consequência de diversas vantagens comparativas. Mas, além disso,

⁶ Canuto, Otaviano. Conjuntura Econômica, Economia Internacional, Economia Monetária e Financeira Publicado em "Economia em Perspectiva - Carta de Conjuntura" CORECON-SP, Janeiro/Fevereiro 1998.

⁷ Henrique Altemani de Oliveira: A Crise Asiática e a China. p.18. disponível www.iea.usp.br/artigos. Quanto à crise em si, ver OLIVEIRA, Henrique Altemani (2000). “A Crise Asiática e a China”. IN: OLIVEIRA, Amaury Porto *et al.* Dissonâncias Sino-Japonesas diante da Crise Financeira Asiática. Coleção Documentos, Série Assuntos Internacionais, nº 57. IEA/USP. São Paulo, jul. 2000. p.29-48 e OLIVEIRA, Henrique Altemani(1999). O cenário internacional e o Brasil no ano 2020. Parcerias Estratégicas, 6:194-215,Mar. 1999. Quanto à crise, ver HELLMANN, Donald C. (2007). “A Decade After the Asian Financial Crisis: Regionalism and international architecture in a globalized world”. Asian Survey, XLVII (6):834-849, November/December.

[...] Agrega-se ainda, neste plano econômico, a hipótese de que ameaça é reforçada com dificuldade natural de acomodação e assimilação no processo de desenvolvimento as diferentes camadas sociais e os diversos espaços territoriais, retomando-se a perspectiva do colapso (ALTEMANI, 2000).

O efusivo crescimento econômico asiático liderado pela China deu origem a um grande estímulo, ainda sem precedentes: como acomodar a primeira região não ocidental, de sucesso real desde a Revolução Industrial, em um sistema internacional interdependente, mas não convergente? (HELLMANN, 2007).

Conforme a visão do ex-embaixador do Brasil na China, Clodoaldo Hugueneu Filho: “O comércio entre o Brasil e a China se transformou profundamente nos últimos dez anos” (HUGUENEY, 2003).

Jenkins e Peters (2007) também afirmam:

Paralelamente, o Brasil, junto com outros países da América Latina, tem se beneficiado de melhores termos de troca, em virtude da crescente participação da China como importadora de commodities e exportadora de bens industriais (p.)

De acordo com o embaixador Sérgio Amaral⁸, em entrevista à agência de notícias CNT (Confederação Nacional do Transporte), existe complementaridade entre as economias de ambos os países, pois o Brasil tem abundância de recursos naturais, terra arável e água; e a China carece muito de produtos agrícolas brasileiros.

A relação Brasil-China vem experimentando um avanço muito grande, tanto em matéria de comércio como de investimento. De 2007 a 2012, foram anunciados aportes na ordem de US\$ 68 bilhões, dos quais US\$ 28 bilhões já se concretizaram (AMARAL, 2014).

Com a evolução das relações comerciais com o Brasil, a China tornou-se o principal agente comercial do Brasil, passando à frente de países como os Estados Unidos e a Argentina, já em 2009.

Desta forma, torna-se relevante alcançar o objetivo geral proposto, qual seja, apresentar as características da Balança Comercial Brasil – China, sob a ótica brasileira, bem como,

⁸ O Embaixador Amaral é um dos consultores contratados pela CNT para apoiar o trabalho do Escritório Avançado em Pequim. Vide reportagem completa em: http://www.cnt.org.br/paginas/Agencia_Noticia.asp?noticia=trocas-comerciais-brasil-china-12052014.

aqueles específicos: identificar o saldo da balança, a evolução ou não das trocas comerciais e seus principais produtos.

2. A BALANÇA COMERCIAL BRASIL – CHINA SOB A ÓTICA BRASILEIRA

2.1 Fundamentação teórica

Segundo Bortoto (2012), os antigos mercadores desenvolveram um ambiente favorável ao crescimento conjunto das diferentes sociedades, cada qual com distinta vocação. A atividade mercantil apresentou um natural desenvolvimento que, com o passar dos tempos, impactou a satisfação das necessidades daqueles agentes, deixando de ser um procedimento “manual/mecânico” e evoluindo para uma gestão tecnológica.

O crescimento econômico é empregado desde Adam Smith como consequência do livre comércio. O estudo do crescimento econômico é vinculado ao comércio internacional que se constitui no reconhecimento e na forma de industrialização dos países em desenvolvimento.

Há duas formas possíveis para alcançar esse objetivo: a substituição de importações (industrialização voltada “para dentro”); e a industrialização direcionada para as exportações (voltada “para fora”).

O primeiro modelo foi pregado por Raúl Prebisch⁹, na América Latina, visando a sua industrialização, pois seu *status quo*, como subcontinente exportador de produtos primários, degenerava seus termos de troca. Isso era causado devido ao aumento dos preços dos produtos primários em proporções bem menores que aqueles praticados nos produtos industrializados. Assim como Prebisch, Ragnar Nurkse¹⁰ afirmava que a especialização em produtos primários não era vantajosa para os países em desenvolvimento no século XX, portanto, havia que se buscar a industrialização. No caso brasileiro, ocorreu uma adequação do modelo Cepalino¹¹. Entretanto, como os demais países, o Brasil fora atingido pelas duas crises do petróleo e o fim do sistema de Bretton Woods. Com isso, os Estados tiveram dificuldades em dar prosseguimento a esse processo em face do crescente endividamento externo.

⁹ Teórico cepalino sobre a relação entre progresso técnico e subdesenvolvimento.

¹⁰ Teórico sobre a relação entre progresso técnico e subdesenvolvimento.

¹¹ Termo oriundo de CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Por sua vez, o segundo modelo mostra que o livre comércio é benéfico. A produção interna deve ser direcionada à exportação e não, para o produto nacional, gerando, desse modo, uma concorrência salutar. Os “tigres asiáticos” empregaram esse modelo. O grande impasse foi a falta de transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para aqueles em desenvolvimento. Dentre as vantagens desse modelo se destaca, a sua maior abrangência de mercados - que propicia a obtenção de ganhos em alta escala e a menor vulnerabilidade a choques externos. Entretanto, não há um mercado próprio, exigindo uma difícil conquista de mercados externos (LUIZ, 2007).

O princípio da vantagem comparativa significa enfocar as condições determinantes do comércio internacional pelo lado da oferta. Contudo, o papel da demanda foi reconhecido, pela escola clássica inglesa, na medida em que fatores pelo lado da demanda fossem de importância especial na determinação dos preços relativos.

Como regra geral, qualquer país tenderá a exportar produtos nos quais tenha vantagem comparativa.

Pode-se adaptar o pensamento de Richard Caves (2001), em relação ao recorte Brasil – China, no qual alguns padrões de trocas também não necessitam de profunda explicação. Um chinês que gosta de café tem seu café importado do Brasil ou de outro país produtor deste bem, porque este produto não é produzido internamente.

Muitos países necessitam de fontes estrangeiras que lhes forneçam matérias primas. Se tais importações fossem proibidas, seus níveis de bem estar e “renda real”, provavelmente, seriam reduzidos. Muitos itens, que são trocados em mercados mundiais, poderiam ser produzidos em vários lugares.

Comparações de custo determinam que alguns países produzem e exportam computadores ou aço e têxteis para outros Estados, julgando ser mais vantajoso; desse modo, os países tendem a se especializar na produção de determinados bens (agrícolas, minerais, manufaturados etc.).

Sendo assim, pode-se perceber, também, que os países se diferenciam devido às tecnologias empregadas, ao clima e aos níveis de capacidade técnica, assim como seus suprimentos relativos de fatores de produção, como terra e mão de obra; essas diferenciações influenciam nos custos de produção e nos padrões de trocas.

Muitas atividades produtivas requerem uma grande escala de produção para reduzir os custos; é o que ocorre, geralmente, em países com grandes extensões territoriais.

Como consequência do comércio internacional, pode-se citar o aumento da satisfação pessoal do consumidor, pois ele passa a ter a maior possibilidade de escolha em relação aos vários produtos disponíveis.

Conforme estudos elaborados pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), os investimentos chineses no Brasil foram iniciados na área de *commodities* (soja e minério de ferro), e se estenderam até o setor de infraestrutura.

Esse processo só pode ser possível devido à complementaridade existente entre os dois países, conforme explanou Amaral (2014), já citado anteriormente.

Os interesses complementares de Brasil e China podem ser correlacionados com as teorias de Hecksher Ohlin, as quais dispõem que os países irão se especializar nas mercadorias mais adequadas de dotação dos fatores de produção.

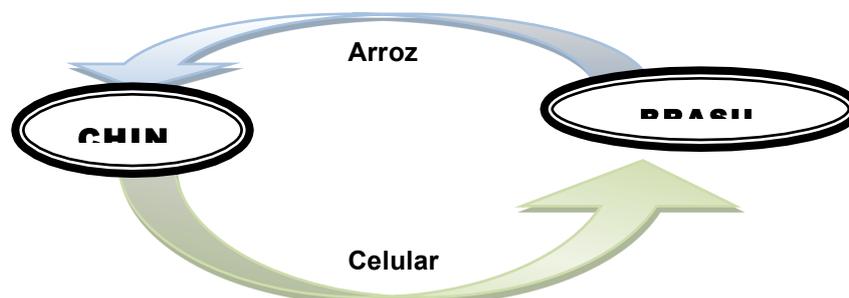
Segundo essa teoria, cada país produzirá mercadorias onde é mais eficiente (teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo) e essa eficiência decorrerá da dotação dos fatores (teoria de Heckscher-Ohlin).

Partindo dessa premissa, os países trocarão produtos, pois eles não podem trocar fatores de produção, ou seja, o Brasil exportará para os chineses produtos que utilizam “terra intensivo” e a China, produtos que utilizam “trabalho intensivo” para os brasileiros.

Além disso, o comércio de *commodities* proporciona ganhos quando o custo de transformação desses produtos é elevado no país, o que tende a torná-lo mais barato caso seja exportado nessa condição primária, haja vista alguns fatores favoráveis no exterior, tais como, o barateamento da mão de obra estrangeira e o maior avanço tecnológico.

A Figura 1 expressa que “cada país se especializa e exporta o bem que utiliza mais intensamente o fator produtivo mais barato e abundante”.

Figura 1: Exemplo de troca comercial entre os países.



Fonte: Coleção pessoal da autora

É importante ressaltar que nos dias atuais não é possível que um país, no aspecto socioeconômico, possa se desenvolver de modo isolado. Nenhum Estado conseguirá ser autossuficiente, pois não haverá eficiência adequada para a utilização de todos os recursos (solo, clima etc.), também, pela diversidade da capacidade produtiva de capital humano ou pelas próprias e diferentes tecnologias.

Conforme Bortoto (2012), a troca entre os países corre de modo a garantir divisas, como as que pagam os serviços de nossa dívida externa.

Com isso, alguns países se especializam em determinados segmentos, sendo esta uma consequência natural, uma vez que, ao se dedicar às coisas que fazem melhor, tem condições de gerar excedentes em condições de vendê-los ou troca-los por outros produtos que necessitam (BORTOTO, 2012).

2.2 Metodologia

Inicialmente, destaca-se a relevância do tema, pois o que “aflige” os pesquisadores é perceber em que condições essas trocas estão sendo realizadas, ou seja, elas trazem vantagens substanciais ao crescimento econômico do Brasil? Existem vulnerabilidades?

Tendo como base a consecução do objetivo geral estabelecido – apresentar as características da Balança Comercial Brasil – China, sob a ótica brasileira –, além dos três específicos traçados (identificar o saldo da balança; identificar a evolução ou não das trocas comerciais; e identificar os principais produtos comercializados) foram estabelecidas as condições para a realização da pesquisa em seus variados tópicos.

Em relação ao método, este será dedutivo, pois transforma os dados apresentados em informações sólidas, presentes e indispensáveis à conclusão.

Quanto à abordagem/natureza dos dados, a pesquisa será quantitativa, pois traduz, em números, opiniões e informações relevantes à sua classe de análise.

Sobre o tópico da finalidade, a pesquisa será descritiva, pois estabelece correlação entre as variáveis, enfatiza os aspectos relevantes da balança comercial Brasil – China, sob a ótica brasileira, facilitando a compreensão desta realidade e, também, contribuindo para a realização de novas pesquisas a respeito do tema.

Por sua vez, os meios de investigação/técnica e forma de coleta de dados a serem utilizados será o bibliográfico, mediante consulta alicerçada em material publicado em sites e livros especializados sobre o tema, adotando-se, dessa forma, fontes secundárias.

2.3 Resultados da análise da Balança Comercial Brasil – China

2.3.1 Período 2000/2010

É oportuno destacar que existem várias fontes/períodos para a análise da Balança Comercial Brasil – China, sendo que, neste momento do texto, serão objetos de análise os dados apresentados no Boletim Regional do Banco Central do Brasil (BACEN), elaborado em abril de 2011, utilizando o recorte temporal de 2000/2010, consubstanciado em informações coletadas no banco de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Segundo o BACEN e utilizando-se da tabela 1, o comércio exterior Brasil-China pode ser dividido em três períodos¹² distintos. O primeiro, de 2000 a 2003, caracterizado pelo crescimento dos resultados favoráveis ao Brasil. O segundo, de 2004 a 2008 (ano em que as importações chinesas atingiram o valor de US\$ 3,5 bilhões acima do obtido com as exportações brasileiras para aquele país), marcado pela “derrubada” do avanço brasileiro. Por fim, o biênio 2009 / 2010, vivenciado pela “retomada” brasileira, na qual o saldo retornou ao largo favorecimento para o Brasil (elevação acentuada nas exportações brasileiras para a China, sendo maior que no 1º período).

Tabela 1 – Balança comercial Brasil – China (em US\$ bilhões)

Período	Importação	Exportação	Saldo
2000	1,1	1,2	-0,1 es)

¹² Em BARBOSA, Alexandre de Freitas: *As Relações Econômicas entre Brasil e China Uma Parceria Difícil*. p.2 é apresentada uma divisão em dois períodos: de 1999 a 2003, no qual o padrão de comércio estabelecido acarretou expressivos *superávits* comerciais para o Brasil, pelo ganho de mercado obtido pelas *commodities* brasileiras na China e o efeito do preço. O segundo momento, a partir de 2004, sofre uma pequena transformação deste padrão de comércio, a partir da expressiva redução dos saldos comerciais e do ganho de mercado dos produtos chineses no Brasil, especialmente nos setores mais dinâmicos, como eletrodomésticos e máquinas/equipamentos, mas sem perder a vanguarda adquirida nos produtos mais tradicionais, como brinquedos e vestuário, por exemplo.

2001	1,9	1,3	0,6
2002	2,5	1,6	1,0
2003	4,5	2,1	2,4
2004	5,4	3,7	1,7
2005	6,8	5,4	1,5
2006	8,4	8,0	0,4
2007	10,7	12,6	-1,9
2008	16,5	20	-3,5
2009	21	15,9	5,1
2010	30,8	25,6	5,2

Fonte: MDIC

Da Tabela 2, depreende-se que na década estudada, houve um acentuado aumento das exportações brasileiras para a China - em torno de 15,2 % das vendas do Brasil para o mercado internacional em 2010 -, contrastando com os 2% registrados em 2000, também relativos ao comércio internacional. A partir de 2009, a China passou a ser o principal destino das exportações do país¹³.

Tabela 2 – Exportações brasileiras (em US\$ bilhões)

Período	Exportação		Participação
	Total	China	
2000	55,1	1,1	2,0
2001	58,3	1,9	3,3
2002	60,4	2,5	4,2
2003	73,2	4,5	6,2
2004	96,7	5,4	5,6
2005	118,5	6,8	5,8
2006	137,8	8,4	6,1
2007	160,6	10,7	6,7
2008	197,9	16,4	8,3
2009	153,0	21,0	13,7

¹³ É importante ressaltar que parcela do crescimento das exportações brasileiras para a China no triênio encerrado em 2010 decorreu do impacto do acirramento da crise financeira internacional, em 2008, sobre o crescimento das economias de importantes parceiros comerciais do Brasil e, em decorrência, sobre o nível da demanda por bens importados nesses países.

2010	201,9	30,8	15,2
-------------	-------	------	------

Fonte: MDIC. Elaboração Depec/RJ

A participação dos quatro principais produtos no total das exportações à China, conforme o padrão observado nas vendas externas totais do Brasil, aumentou de 61%, em 2000, para 79,7%, em 2010. Isso significa que esse *portfólio* particular brasileiro cresceu de acordo com o incremento das exportações para o mercado chinês (dados constantes na Tabela 3)¹⁴.

Tabela 3 – Concentração da pauta de exportações. Participação dos 4 principais itens (em %)

Período	Exportação para China	Exportação total
2000	61,0	18,2
2001	60,1	18,2
2002	61,1	17,6
2003	51,8	17,8
2004	58,1	17,4
2005	59,2	17,9
2006	70,2	19,0
2007	68,7	18,9
2008	72,9	23,7
2009	73,9	26,0
2010	79,7	32,4

Fonte: MDIC. Elaboração Depec/RJ

¹⁴ A lista dos quatro principais itens exportados para China registra poucas alterações de 2000 a 2010. Os itens minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados, e grãos de soja, mesmo triturados, constam em todos os anos; o item minérios de ferro aglomerados e seus concentrados não se encontra entre quatro principais itens exportados para China apenas em 2003, 2008 e 2009; o item óleos brutos de petróleo se torna importante a partir de 2005, encontrando-se entre os quatro produtos mais importantes do comércio com a China de 2005 a 2010; o item pasta química de madeira foi importante no início da década, figurando entre os quatro produtos mais exportados em 2000, 2001 e 2003 e, posteriormente, em 2009; o item óleo de soja em bruto, mesmo degomado, consta da lista em de 2002 a 2004 e em 2008.

A estrutura exportadora da indústria chinesa e o aumento da renda média naquele país contribuíram para que as importações da China se concentrassem em *commodities* metálicas e agrícolas, com destaque para as expansões de soja, minério de ferro e petróleo (Tabela 4).

Tabela 4 – Absorção pela China de produtos básicos exportados pelo Brasil. Participação relativa (em %)

Período	Minérios de Ferro	Soja	Petróleo
2000	8,9	15,4	22,8
2001	16,5	19,7	5,5
2002	19,6	27,2	0,0
2003	22,1	30,6	1,0
2004	23,4	30,1	8,3
2005	24,5	32,1	13,0
2006	29,4	42,9	12,1
2007	35,1	42,2	9,4
2008	29,5	48,6	12,4
2009	59,1	55,5	14,3
2010	46,1	64,6	24,9

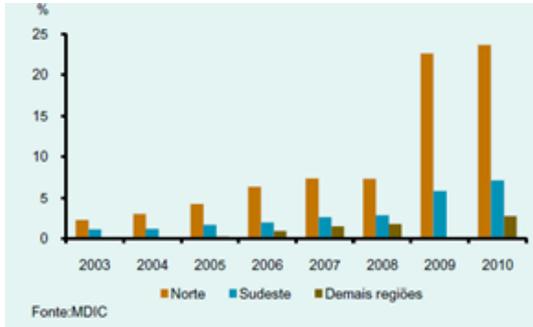
Fonte: MDIC. Elaboração Depec/RJ

Outro aspecto a ser verificado é quanto à regionalidade exportadora do Brasil para a China, com destaque para as participações do Norte (minério de ferro) e Centro-Oeste (soja).

O exame dos Gráficos 1 a 3 esclarece o peso regional dos principais produtos básicos destinados à China.

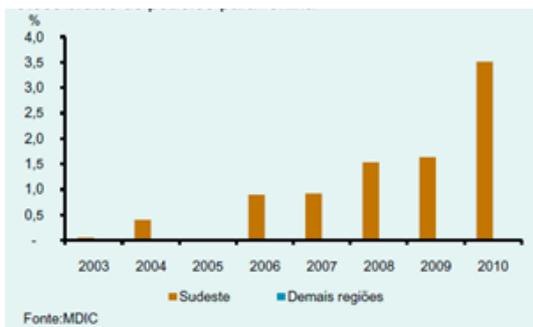
No Gráfico 1, destaca-se o minério de ferro no Norte e Sudeste, sendo que nesta última área, apresenta-se grau menor devido à sua maior industrialização.

Gráfico 1 – Participação no total exportado por região - Minério de ferro e seus concentrados para a China



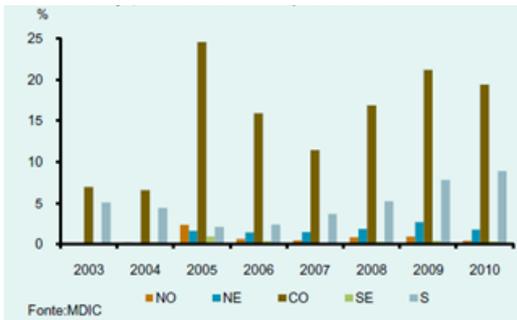
O Sudeste, em especial o estado do Rio de Janeiro, também, conforme Gráfico 2, é digno de registro na venda externa de óleos brutos de petróleo.

Gráfico 2 – Participação no total exportado por região - Óleos brutos de petróleo para a China



Já, o Gráfico 3 sinaliza o embarque de soja em grãos com maior intensidade no Centro-Oeste e no Sul.

Gráfico 3 – Participação no total exportado por região - Grãos de soja, mesmo triturados para a China



2.3.2 Período 1º trimestre 2013/ 1º trimestre 2014

Nessa comparação particular, os dados do Informativo nº 21, de abril de 2014, do CEBC, mostram-se bastante pertinentes para esta fase do trabalho.

Em termos de Balança Comercial, consultando as informações coletadas pelo MDIC, a corrente de comércio Brasil-China (Tabela 5) atingiu a ordem de US\$ 19,33 bilhões no primeiro trimestre de 2014 (1º trim/2014), registrando um aumento de 17%, um crescimento das exportações brasileiras em torno de 24%, e das importações, em 10%. Já, o saldo da balança comercial do Brasil com a China, ao final do primeiro trimestre do ano, apresentou-se com US\$ 166 milhões negativos. Todos esses dados em relação ao primeiro trimestre de 2013 (1º trim/2013).

Tabela 5 – Balança Comercial – 1º trimestre de 2014 em comparação com o 1º trimestre de 2013

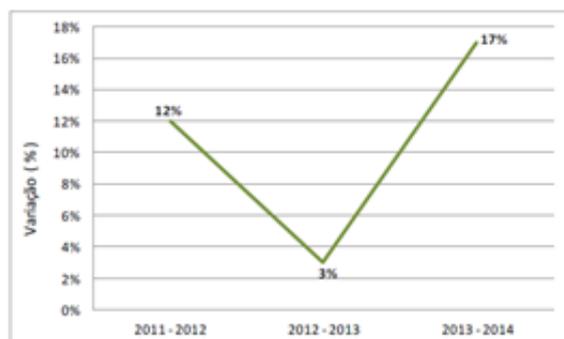
	Balança Comercial - (US\$ Milhões)											
	Exportação			Importação			Saldo			Corrente		
	2013	2014	Var. %	2013	2014	Var. %	2013	2014	Var. %	2013	2014	Var. %
1º Trimestre	7.718	9.582	24%	8.823	9.748	10%	-1.104	-166	85%	16.541	19.330	17%
Janeiro	1.705	2.178	28%	3.107	4.005	29%	-1.402	-1.827	-30%	4.812	6.183	28%
Fevereiro	2.109	2.847	35%	2.863	2.977	4%	-754	-130	83%	4.972	5.824	17%
Março	3.905	4.557	17%	2.853	2.766	-3%	1.052	1.791	70%	6.757	7.323	8%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Elaboração: CEBC

Cabe destacar que, segundo os dados constantes no Gráfico 4, a soma das trocas comerciais no 1º trim/2014 registrou o maior crescimento percentual da corrente de comércio entre Brasil e China nos últimos três anos, reportando à recuperação do comércio entre os dois países.

Gráfico 4 – Crescimento percentual do fluxo de comércio Brasil – China no 1º trimestre nos últimos três anos



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) Elaboração: CEBC

Em relação à Pauta de exportação (Tabela 6), no 1º trim/2014, verificou-se que, de forma geral, o padrão das exportações brasileiras foi semelhante aos períodos anteriores, haja vista que nas vendas para a China, a soja, o minério de ferro e os óleos brutos de petróleo foram responsáveis por 82% do total das trocas.

Alguns destaques atuais merecem ser elencados em relação ao 1º trim/2013: a soja, com um crescimento de 113%, em US\$; e o setor de mineração, que além do crescimento de 8%, em toneladas, do minério de ferro, obteve resultado surpreendente nas exportações de ferro-ligas e minério de cobre e seus concentrados, perfazendo um crescimento, em toneladas, de 200% e 157%, respectivamente.

Tabela 6 – Pauta de Exportação – 1º trimestre de 2014 em comparação com o 1º trimestre de 2013

Exportações	2013		2014		Var. (%) US\$	Var. (%) Ton (mil)	Participação na pauta em 2014 (US\$)
	US\$ (milhões)	Ton (mil)	US\$ (milhões)	Ton (mil)			
Soja, mesmo triturada	1.769	3.285	3.762	7.507	113%	128%	39,3%
Minérios de ferro e seus concentrados	3.409	35.146	3.482	38.020	2%	8%	36,3%
Óleos brutos de petróleo	923	1.280	659	1.019	-29%	-20%	6,9%
Celulose	321	648	314	634	-2%	-2%	3,3%
Açúcares	127	277	211	547	66%	97%	2,2%
Couros e peles	94	44	138	53	47%	22%	1,4%
Ferro-ligas	100	4	115	12	15%	200%	1,2%
Carne de aves	112	48	110	50	-2%	4%	1,1%
Minérios de cobre e seus concentrados	30	16	75	41	149%	157%	0,8%
Cobre afinado e ligas de cobre, em formas brutas	82	10	68	9	-17%	-8%	0,7%
Couros preparados	38	3	64	4	68%	38%	0,7%
Pasta química de madeira, para dissolução	67	81	62	68	-7%	-17%	0,7%
Granito e outras pedras de construção	34	193	39	229	16%	19%	0,4%
Polímeros de etileno, em formas primárias	18	15	33	23	85%	55%	0,3%
Outros	594	-	449	-	-24%	-	4,7%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) Elaboração: CEBC

Quanto às importações (Tabela 7), no 1º trim/2014 elas continuaram concentradas nos setores de máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos e suas partes que, somados,

correspondem a 48% do total da pauta. Produtos costumeiros na pauta de importação - ferro fundido/ferro e aço, químicos orgânicos e veículos automíveis -, também tiveram crescimento, em US\$, de 53%, 9% e 7%, respectivamente.

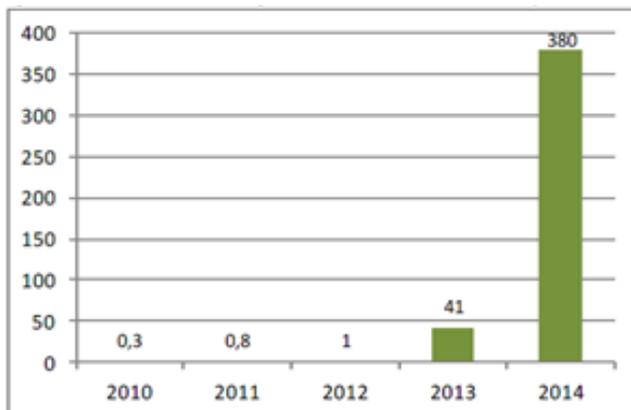
Tabela 7 – Pauta de Importação – 1º trimestre de 2014 em comparação com o 1º trimestre de 2013

Importações	2013		2014		Var. (%) US\$	Var. (%) Qe (10 ml)	Participação na pauta em 2014 (US\$)
	US\$ (milhões)	Qe (10 ml)	US\$ (milhões)	Qe (10 ml)			
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	2.440	1.165.130	2.836	1.383.508	16%	19%	29%
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	545	2.671	682	2.845	25%	7%	7%
Aparelhos e partes para rádio e televisão	422	515	505	477	20%	-7%	5%
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	214	21.295	285	25.798	33%	21%	3%
Aquecedores elétricos de água	102	1.379	139	1.745	36%	27%	1%
Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos	120	39.552	131	53.471	10%	35%	1%
Aparelhos para circuitos elétricos	98	65.092	105	72.367	8%	11%	1%
Lâmpadas e tubos elétricos de incandescência	77	10.428	99	12.895	28%	24%	1%
Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	2.034	20.299	1.877	23.771	-8%	17%	19%
Partes e acessórios para máquinas e aparelhos mecânicos	345	1.416	397	1.507	15%	6%	4%
Máquinas automáticas para processamento de dados	168	1.387	178	1.478	6%	7%	2%
Máquinas e aparelhos para impressão	127	27	125	26	-1%	-4%	1%
Bombas de ar ou de vácuo, compressores de ar ou de outros gases e ventiladores	101	977	112	921	11%	-6%	1%
Máquinas e aparelhos de ar condicionado	100	9	103	14	3%	46%	1%
Fornos industriais ou de laboratório	239	-	69	-	-71%	-	1%
Torneiras e válvulas	63	2.337	68	3.936	8%	68%	1%
Produtos químicos orgânicos	451	-	492	-	9%	-	5%
Embarcações e estruturas flutuantes	41	0,8	380	0,7	821%	-19%	4%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	283	5.874	306	7.009	8%	19%	3%
Ferro fundido, ferro e aço	178	-	273	-	53%	-	3%
Veículos automíveis, tratores, ciclos e suas partes	247	1.525	264	1.833	7%	20%	3%
Partes e acessórios para tratores e veículos automíveis para usos especiais	96	1.445	107	1.736	12%	20%	1%
Partes e acessórios para motocicletas e outros ciclos	58	61	74	71	28%	17%	1%
Veículos automíveis para usos especiais	20	0,009	24	0,004	24%	-51%	0,2%
Automóveis de passageiros	34	0,7	22	0,4	-35%	-40%	0,2%
Motocicletas (incluídos os ciclomotores)	11,8	4	12,1	4	3%	5%	0,1%
Reboques e semi-reboques	9	8	11	15	21%	99%	0,1%
Bicicletas e outros ciclos, sem motor	5	6	4	4	-11%	-31%	0,04%
Plásticos e suas obras	241	-	257	-	7%	-	3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	267	50	246	66	-8%	31%	3%
Vestuário e seus acessórios, de malha	227	11.271	239	11.307	5%	0,3%	2%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) Elaboração: CEBC

É digno de nota (gráfico 5), o forte crescimento no valor das importações de embarcações e estruturas flutuantes, setor em que se registrou, no 1º trim/2014, um aumento, em US\$, de 821%, em relação ao 1º trim/2013. Além disso, é importante mencionar que, até março deste ano, as importações de embarcações já ultrapassaram, em quase US\$ 100 milhões, o valor acumulado em todo o ano de 2013.

Gráfico 5 – Importações brasileiras de embarcações da China nos 1º trimestres (2010 - 2014, em US\$ milhões)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) Elaboração: CEBC

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos 2000 e até o momento atual, o comércio externo entre Brasil e China viveu períodos, em sua maioria, de intensas trocas comerciais, resultando, ao longo desse processo, no 1º trim/2014, em um saldo negativo para o Brasil de US\$ 166 milhões, apesar da retomada das interações das vendas e compras externas entre os dois países.

As diferenças estruturais entre Brasil e China condicionaram um modelo exportador brasileiro direcionado para *commodities* metálicas e agrícolas, sob forte influência da matriz exportadora industrial chinesa e o aumento da renda média na China.

A soja, o minério de ferro e os óleos brutos de petróleo são os produtos básicos brasileiros que capitaneiam a pauta de exportações do país, onde o Centro-Oeste (agrícola) e Norte (mineral) destacam-se como regiões produtoras.

Por sua vez, as exportações chinesas têm nos setores de máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos e suas partes, seu carro-chefe, seguidos de outros produtos, tais como o ferro fundido/ferro e aço, químicos orgânicos e veículos automóveis.

Importante destacar o crescimento em US\$, de 821%, das importações brasileiras de embarcações e estruturas flutuantes, no 1º trim/2014 sobre o 1º trim/2013, bem como a marca já atingida em março deste ano de ultrapassar, em quase US\$ 100 milhões, o valor acumulado em todo o ano de 2013.

É de se supor que, no Brasil, ocorram pressões exercidas pelos “segmentos do empresariado” diretamente interessados no modelo das relações comerciais entre Brasil-China: por um lado, aqueles que são favorecidos com o padrão de comércio concentrado em

commodities; em contraposição, os grupos desfavorecidos em face dos produtos industrializados “trazidos” para o Brasil.

No caso brasileiro, a pauta de exportações calcada em *commodities*, não tão somente para o principal parceiro econômico, acarreta certa inquietude em relação à sua efetividade no sistema de trocas comerciais, pois nesse contexto, qualquer queda de preço das matérias-primas causará desequilíbrio na balança comercial, que é considerada um pilar da sustentabilidade econômica. Cabe acrescentar, também, que um baixo crescimento da China tenderá à realização de ajustes “apertados” na economia do Brasil.

As *commodities* tiveram uma fase muito boa quanto a seus preços, mas já estão em queda.

Algumas análises apresentam a dependência do impacto em relação à profundidade da queda dos preços. Para os mais otimistas, a redução atual é um fenômeno temporário e que os produtos, embora não retornem aos elevados índices de outras épocas, permanecerão com alguma vivacidade econômica.

Seja pelo choque entre oferta e demanda, pela especulação ou por uma combinação de ambos, fato é que o Brasil, bem com a América Latina, continua a manter sua dependência histórica dos produtos primários.

No campo das importações realizadas pelo Brasil, é oportuno citar que a mão de obra abundante e os baixos custos de produção na China têm diminuído a competitividade da indústria brasileira, situação de difícil reversão face ao mercado consumidor chinês.

Analistas divergem quanto à posição da China após seu reconhecimento pela Organização Mundial do Comércio (OMC), como uma “economia de mercado”, fato previsto para 2016: mais agressiva, “prejudicando” ainda mais o setor industrial brasileiro; ou regulada pelas regras e princípios da OMC – transparência, não discriminação, comércio justo e livre – o que pode favorecer o lado brasileiro, por intermédio da redução dos subsídios aos produtos chineses exportados para o mercado brasileiro e desregulamentação para o ingresso de produtos exportados pelo Brasil.

Outras estratégias vêm sendo desenvolvidas no ambiente da cooperação econômica sino-brasileira: incentivo ao comércio bilateral de serviços, como transporte de cargas e logística; empréstimos e investimentos diretos, por meio de um sistema de liberação de fundos do banco estatal chinês, que permite às empresas acessar grandes somas e, aos governos da

região, financiar projetos sociais, como habitação, ou em infraestrutura, como estradas, transportes, entre outros.

Convém destacar, também, a importância da abertura de uma agência do Banco do Brasil (a primeira de um banco latino-americano) na China, na cidade de Xangai, no 1º trimestre deste ano, estreitando laços, facilitando os contatos e agilizando os processos.

Do mesmo modo, é importante acompanhar os trabalhos a serem desenvolvidos pelos recém-criados “Novo Banco de Desenvolvimento” e “Arranjo Contingente de Reservas”, no cenário do BRICS, com possíveis desdobramentos na Balança Comercial Brasil – China.

REFERÊNCIAS

ALTEMANI, H. O. **A Crise Asiática e a China**. IN: OLIVEIRA, A. P. *et al.* Dissonâncias Sino-Japonesas diante da Crise Financeira Asiática. Coleção Documentos, Série Assuntos Internacionais. nº 57. São Paulo : IEA/USP. jul. 2000. p.29-48.

AMARAL, S. **Trocas comerciais entre Brasil e China batem recorde em 2013**. Entrevista 12 mai. 2014. Disponível em:
http://www.cnt.org.br/paginas/Agencia_Noticia.aspx?noticia=trocas-comerciais-brasil-china-12052014 Acesso em jun. 2014.

BARBOSA, A. F.; MENDES, R. C. **As Relações Econômicas entre Brasil e China: Uma Parceria Difícil**. In: FES Briefing Paper. 2006. Acesso em 7 jun 2014. Disponível em
<http://www.observatoriosocial.org.br/arqmorto/download/brasil-china.pdf>

BRASIL. **Boletim Regional do Banco Central do Brasil**. abril de 2011. Disponível em
<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2011/04/br201104b1p.pdf> Acesso em 4 jun 2014.

BORTOTO, A. C. *et al.* **Comércio exterior : teoria e gestão**. 3 ed. São Paulo: Atlas. 2012.

CANUTO, O. **Conjuntura Econômica, Economia Internacional, Economia Monetária e Financeira**. In: Economia em Perspectiva - Carta de Conjuntura. CORECON-SP. Jan./fev. 1998. Acesso em jun. 2014. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo4.htm>

CAVES, R. E. **Economia Internacional - Comércio e Transações Globais**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2001

Conselho Empresarial Brasil-China. **Comércio bilateral Brasil-China**. Informativo nº 21. Abr. 2014. Acesso em jun. 2014. Disponível em
http://www.cebc.org.br/sites/default/files/informativo_no_21_balanca_comercial.pdf

CRUZ, S. V.; MORAES, R. C. **A construção retomada: desafios políticos e perspectivas internacionais para o Brasil.** IN: Revista Nueva Sociedad. Ed. especial em português. out 2008. Acesso em Jun 2014. Disponível em http://www.nuso.org/upload/articulos/p9-1_1.pdf

DIBB, P.; HALE, D. D.; PRINCE, P. **The strategic implications of Asia's economic crisis.** Survival, 40 (2): 6, Summer 1998. Acesso em jun. 2014. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/oliveiracriseasiatica.pdf>

HELLMANN, D. C. **A Decade After the Asian Financial Crisis: Regionalism and international architecture in a globalized world.** Asian Survey, XLVII (6): p. 834-849, November/December.

HUGUENEY, C. F. **Um balanço sobre a relação Brasil-China nos últimos anos e perspectivas para o relacionamento econômico entre os países.** Mai. 2003. Acesso em jun. 2014. Disponível em <http://www.cebc.org.br/pt-br/projetos-e-pesquisas/entrevistas/entrevista-com-embaixador-clodoaldo-huguene>

JENKINS, R.; PETERS, E. D. **The Impact of China on Latin America and the Caribbean,** Working Paper # 281, Institute of Development Studies, Brighton, 5/2007. Disponível: http://www.nuso.org/upload/articulos/p9-3_1.pdf . Acesso jun 2014

LUIZ, R. **Relações Econômicas Internacionais.** 2 Ed. rev. atualizada até Port. SECEX nº33/2007. 2007.